

12/fevereiro/2020

À: Concessionária Bahia Norte S.A.

À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº REL-0096/2020

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 da Concessionária Bahia Norte S.A, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Bahia Norte S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Procedimento arbitral

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 03 de agosto de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerente o Consórcio Construtor BA-093, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção.

Em 18 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que apresentaria pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor. Em 29 de novembro de 2019, a Companhia apresentou manifestação em atenção à Ordem Processual nº 6, referente aos documentos adicionais solicitados pelo Tribunal Arbitral. No momento, os assessores legais da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos das requerentes, procedimento esse, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso do processo de arbitragem. As demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2019 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020



Ednilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.730	1.710	Fornecedores (Nota 13)	24.515	4.204
Aplicações financeiras (Nota 7)	2.770	865	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	34.029	25.768
Contas a receber (Nota 8)	7.137	8.190	Debêntures (Nota 14)		7.024
Adiantamentos a fornecedores	358	462	Arrendamento mercantil operacional (Nota 15)	833	
Despesas antecipadas	1.067	745	Tributos a recolher	1.612	1.383
Tributos a recuperar e outros (Nota 9)	1.019	1.119	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 16)	3.897	3.987
	<u>14.081</u>	<u>13.091</u>	Adiantamentos de clientes	4.700	4.944
			Outros passivos	326	508
				<u>69.912</u>	<u>47.818</u>
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	24.095	22.535	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	618.929	650.975
Fundos restritos (Nota 14 (iv))	36.452	35.418	Debêntures (Nota 14)		6.964
Direto de uso (Nota 15)	5.214		Arrendamento mercantil operacional (Nota 15)	7.418	
	<u>65.761</u>	<u>57.953</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24 (a))	3.841	4.840
			Provisão para contingências (Nota 17)	536	383
			Provisão para conserva especial (Nota 18)	6.152	4.832
				<u>636.876</u>	<u>667.994</u>
Imobilizado (Nota 11)	2.005	2.297	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Intangível (Nota 12)	899.872	923.521	Capital social	286.000	286.000
	<u>967.638</u>	<u>983.771</u>	Prejuízos acumulados	(11.069)	(4.950)
				<u>274.931</u>	<u>281.050</u>
Total do ativo	981.719	996.862	Total do passivo e do patrimônio líquido	981.719	996.862

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas		
Receitas, líquidas (Nota 21)	171.430	191.302
Custo de construção (Nota 22 (a))	(30.269)	(59.117)
Custo de serviços prestados (Nota 22 (b))	(90.148)	(79.762)
Lucro bruto	51.013	52.423
Gerais e administrativas (Nota 23)	(14.247)	(12.456)
Outras receitas (despesas)	171	
Lucro operacional	36.937	39.967
Receita financeira (Nota 25)	3.552	4.097
Despesa financeira (Nota 25)	(47.137)	(38.132)
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.648)	5.932
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 24 (b))	998	(3.352)
(Prejuízo) Lucro do exercício	(5.650)	2.580
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.760	367.760
Prejuízo (Lucro) do exercício por lote de mil ações do capital social (em R\$)	(0,0154)	0,007

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) Lucro do exercício	<u>(5.650)</u>	<u>2.580</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(5.650)</u>	<u>2.580</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2018	277.000	(7.530)	269.470
Aumento de capital	9.000		9.000
Lucro líquido do exercício		2.580	2.580
Em 31 de dezembro de 2018	<u>286.000</u>	<u>(4.950)</u>	<u>281.050</u>
Em 1º de janeiro de 2019	286.000	(4.950)	281.050
Prejuízo líquido do exercício		(5.650)	(5.650)
Ajuste IFRS nº 16		(469)	(469)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>286.000</u>	<u>(11.069)</u>	<u>274.931</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(6.648)	5.932
Ajustes		
Margem de construção	(303)	(594)
Depreciação e amortização	53.779	43.033
Amortização de seguros	1.245	1.188
Amortização do custo de captação	512	632
Juros e variações monetárias, líquidas	41.402	33.979
Provisão para contingências	153	(72)
Baixa do imobilizado e intangível	930	31
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(83)	(362)
Juros Capitalizados	659	
Provisão para conserva especial	1.320	1.092
	<u>92.966</u>	<u>84.859</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	1.053	(845)
Adiantamentos a fornecedores	104	(326)
Despesas antecipadas	(322)	228
Tributos a recuperar e outros	100	(264)
Depósitos judiciais	(1.560)	(2.285)
Fornecedores	20.311	60
Tributos a recolher	229	(336)
Obrigações sociais e trabalhistas	(90)	(117)
Adiantamentos de clientes	(244)	4.944
Outros passivos	(2.139)	(2.023)
	<u>110.408</u>	<u>83.895</u>
Juros pagos - empréstimos	(44.507)	(46.521)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>65.901</u>	<u>37.374</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicação financeira	3.560	18.363
Adições ao intangível	(30.275)	(48.804)
Adições ao imobilizado	(241)	(243)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>(26.956)</u>	<u>(30.684)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(23.891)	(18.253)
Amortização de debêntures	(14.000)	(10.500)
Aumento de capital		9.000
Utilização (adição ao) do fundo restrito	(1.034)	(2.056)
Captação de empréstimos e financiamentos		15.435
Caixa líquido consumido pelas das atividades de financiamentos	<u>(38.925)</u>	<u>(6.374)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	20	316
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.710</u>	<u>1.394</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.730</u>	<u>1.710</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos valores adicionados – Informações suplementares 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas	184.975	203.923
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos gerais, materiais, energia e outros	(40.272)	(68.002)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(15.570)	(17.170)
	<u>(55.842)</u>	<u>(85.172)</u>
Valor adicionado bruto	129.133	118.751
Depreciação e amortização	(53.779)	(43.033)
Amortizações de seguros	(1.245)	(1.188)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>74.109</u>	<u>74.530</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.552	4.097
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>77.661</u></u>	<u><u>78.627</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.449	17.923
Remuneração direta	13.940	12.349
Benefícios	4.643	4.310
FGTS	866	1.264
Impostos, taxas e contribuições	16.255	19.542
Federais	8.392	12.211
Municipais	7.863	7.331
Remuneração de capitais de terceiros	47.607	38.582
Juros	46.962	37.912
Aluguéis	645	661
Doações e patrocínio		9
Remuneração de capitais próprios	(5.650)	2.580
Prejuízo (Lucro) do exercício	(5.650)	2.580
Valor adicionado distribuído	<u>77.661</u>	<u>78.627</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“Bahia Norte” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia, que tem como objeto social, especificamente e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas (“sistema rodoviário”), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”, pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A – INVEPAR (“Invepar”), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a rodovia, que será denominada Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF). A rodovia foi inaugurada em 19 de junho de 2018. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 05 anos a vigência do contrato, passando de 25 para 30 anos.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição de seu capital social. Como resultado dessa reorganização societária, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) passou a deter 50% do capital total da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 5.650 (lucro de R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2018) e apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 55.831 (R\$ 34.727 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em virtude das obrigações de curto prazo com empréstimos e financiamento no montante de R\$ 34.029 e pelo saldo da conta de fornecedores de R\$ 24.515, aumento ocorrido devido a operação do FIDC. Os compromissos de curto prazo, principalmente, junto às instituições financeiras e fornecedores, serão honrados pelos acionistas da Companhia através de novos aportes de capital, na eventual não geração de caixa operacional ou contratação de novos empréstimos.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, os quais são acionistas diretos e indiretos, respectivamente, da Companhia.

A Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionado à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos e não teve nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

Procedimento arbitral

Fora da esfera judicial, em 03/08/2017, a Companhia foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Construtor BA – 093, formado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e OAS S.A. (“OAS”), essa última em recuperação judicial. As requerentes compuseram o Consórcio Construtor BA 093, responsável pelas obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 18 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que iria apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor.

As partes apresentaram suas alegações iniciais em 12 de setembro de 2018, tendo apresentado em 27 de novembro de 2018, resposta às alegações iniciais da contraparte e réplica em 19 de fevereiro de 2019. Em 1º de abril de 2019, às partes apresentaram petição com indicação das provas que desejam produzir no âmbito do procedimento arbitral, nos moldes estabelecidos na ordem processual nº 3.

Em 03 de maio de 2019 as partes apresentaram relação dos documentos pretendidos que fossem exibidos pela outra parte (Redfern Schedule), tendo apresentado em 17 de maio de 2019 o Redfern Schedule contendo as objeções e concordância em relação aos documentos solicitados pela contraparte, nos moldes estabelecidos na ordem processual nº 4. Em 15 de julho de 2019 as partes apresentaram manifestação à ordem processual nº 5, tendo apresentado esclarecimentos e documentos adicionais solicitados pelo Tribunal Arbitral. Em 25 de setembro de 2019 a CBN apresentou manifestação em cumprimento a ordem processual nº 4 sobre o material juntado pelo Consórcio Construtor. Em 29 de novembro de 2019 as Partes apresentaram manifestação em atenção à Ordem Processual nº 6, referente documentos adicionais solicitados pelo Tribunal Arbitral.

Sendo assim, ainda existem esclarecimentos a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória do procedimento arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação da possibilidade de perda, o que deverá ser possibilitado apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de outros ativos e passivo financeiros é ajustado para refletir a mensuração a valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 6).

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota Explicativa nº 6), “Aplicações financeiras” (Nota Explicativa nº 7), “Contas a receber” (Nota Explicativa nº 8), “Depósitos judiciais” (Nota Explicativa nº 10) e “Fundos restritos” (Nota Explicativa nº 14(iv)).

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

2.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.6. Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos cíveis e trabalhistas.

2.7. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Maquinas e equipamentos	3 - 5
Veículos	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

2.9.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 12).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota Explicativa nº 12).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 – “Custos de empréstimos”.

2.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 14).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota Explicativa nº 13).

2.12. Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de concessão” e CPC 17 – “Contratos de construção”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados

2.16. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quanto ao IFRS 16/CPC 06(R2) e IFRIC 23/ICPC 22, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- IFRS 16/CPC 06 (R2): estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 “Operações de arrendamento mercantil” e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27. A Administração da Companhia concluiu que existem contratos de arrendamentos operacionais elegíveis para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos, máquinas, equipamentos e outros), na qualidade de arrendatária. Os impactos da adoção da norma estão sendo refletidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

- IFRIC 23/ICPC 22: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando essa interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não identificou impactos significativos na adoção dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

(b) Reconhecimento de receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido mais margem de lucro estimada pela Administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela Companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

(c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações contábeis anuais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estimou como base para amortização a curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

(d) Passivo contingente

A Companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a companhia está sujeita.

(e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 14.794 (Nota Explicativa nº 24).

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia da Companhia foi manter uma classificação de crédito Baa2 na escala de *Moody's*.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Montante total da dívida (Nota 14)	652.958	690.731
Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(1.730)	(1.710)
Menos Aplicação financeira (Nota 7)	(2.770)	(865)
Menos Fundo restrito (Nota 14 (iv))	<u>(36.452)</u>	<u>(35.418)</u>
Dívida líquida	<u>612.006</u>	<u>652.738</u>
Total do patrimônio líquido	<u>274.931</u>	<u>281.050</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>886.937</u>	<u>933.788</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>69</u>	<u>70</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

(a) Custo amortizado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.730	1.710
Aplicação financeira	2.770	865
Contas a receber	7.137	8.190
Depósitos judiciais	24.095	22.535
Fundo restrito	<u>36.452</u>	<u>35.418</u>
	<u>72.184</u>	<u>68.718</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	24.515	4.204
Empréstimos e financiamentos	652.958	676.743
Debêntures	<u>13.988</u>	<u>13.988</u>
	<u>677.473</u>	<u>694.935</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de troco	260	260
Bancos conta movimento	1.147	1.129
Numerário em trânsito	<u>323</u>	<u>321</u>
	<u>1.730</u>	<u>1.710</u>

7. Aplicação financeira

O valor de R\$ 2.770 registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 865 em 31 de dezembro de 2018), é referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento, o qual será utilizado para realização de investimentos em infraestrutura. Essa aplicação é mantida junto ao Banco BNB e remunerada a 99% do CDI.

8. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conectcar S.A.(i)	551	595
DB Trans S.A. (ii)	228	318
Sem Parar (i)	5.383	5.596
Outros	1.659	2.282
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(684)</u>	<u>(601)</u>
	<u>7.137</u>	<u>8.190</u>

Os recebíveis são compostos, em sua maioria, por valores com vencimento inferior a 30 dias. As passagens vencidas a mais de 60 dias são provisionadas como perda.

- (i) Contas a receber oriundas das transações de *Automatic Vehicle Identification* (AVI) representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas, Conectcar S.A e Sem Parar S.A.;
- (ii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da Empresa habilitada DBTrans S.A.

(a) Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	601	239
Adições	83	362
Saldo no final do exercício	<u>684</u>	<u>601</u>

9. Tributos a recuperar e outros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Antecipações do CSLL	58	58
IRRF sobre aplicações financeiras	238	141
Saldo negativo IRPJ	452	452
Outros	271	468
	<u>1.019</u>	<u>1.119</u>

10. Depósitos judiciais

Trata-se de forma mais significativa de depósito judicial realizado para ações de desapropriação, indenizações de benfeitorias e processos cíveis e trabalhistas.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Desapropriações</u>	<u>2019</u>
Em 1º de janeiro	151	27	22.357	22.535
Adições		2	1.558	1.560
Em 31 de dezembro	<u>151</u>	<u>29</u>	<u>23.915</u>	<u>24.095</u>

11. Imobilizado

(i) Composição

		<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	10%	1.258	(701)	557	669
Computadores e periféricos	20%	2.758	(2.666)	92	260
Maquinas e equipamentos	10%	16	(2)	14	12
Veículos	20%	159	(32)	127	88
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4,13%	1.418	(203)	1.215	1.268
		<u>5.609</u>	<u>(3.604)</u>	<u>2.005</u>	<u>2.297</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	2019	2018
Saldo no início do período	2.297	2.312
(+) Adição	241	243
(-) Baixa	(2)	
(-) Depreciação	(361)	(258)
(-) Transferência para intangível	(170)	
Saldo no final do período	2.005	2.297

12. Intangível

(i) Composição

		2019		2018	
	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura					
Edifícios e instalações	(*)	224.842	(35.056)	189.786	189.022
Pavimentações e conservação especial	(*)	806.675	(205.385)	601.290	631.807
Hardware e equipamentos de pedágio	20,00	22.976	(8.252)	14.724	15.040
Desapropriações	(*)	48.281	(4.385)	43.896	44.299
Máquinas e equipamentos	10,00	9.111	(6.261)	2.850	3.486
Bens de direito de uso - Veículos (**)	33,33	3.491	(526)	2.965	547
Meio ambiente e elementos de segurança	(*)	27.473	(2.963)	24.510	16.035
Obras em andamento		15.150		15.150	18.671
		1.157.999	(262.828)	895.171	918.907
Outros intangíveis					
Adiantamento a fornecedor (Nota 26)		4.234		4.234	4.234
Softwares adquiridos de terceiros	20,00	751	(330)	421	334
Marcas e patentes		46		46	46
		5.031	(330)	4.701	4.614
		1.163.030	(263.158)	899.872	923.521

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados considerando a projeção de curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são edifícios e instalações, pavimentações e conservação especial, desapropriações e meio ambiente e elementos de segurança. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2019 é de 3,03% (2,83% em 31 de dezembro de 2018).

(**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados juros referentes aos financiamentos, líquido dos juros dos fundos restritos, no valor de R\$ 659 (R\$ 9.972 em 31 de dezembro de 2018).

(a) Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação do intangível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do período	923.521	907.551
(+) Adição	30.275	58.776
(-) Baixa	(928)	(31)
(-) Amortização	(53.166)	(42.775)
(+) Transferencia do imobilizado	170	
	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do período	<u>899.872</u>	<u>923.521</u>

13. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Construtora S & V Ltda	4.355	
Neufreire Construtora Ltda	3.920	
Concreta Tecnologia em Engenharia Ltda	3.158	325
Construtora BSM Ltda	2.518	48
BC2 Construtora Ltda Me	2.031	258
CBAA Asfaltos Ltda	2.142	
Vitalmed Resgate Médico Ltda	1.194	245
Pedreiras Parafuso Ltda	859	
Victor de Moraes Sarmiento Guimaraes	504	504
George Franklin Dias Engenharia	403	
Pituba Sinalização e Serviços Ltda	303	56
Paisartt Construtora Ltda	242	242
Agerba - Agencia Estadual de Regulação	338	324
Ribeiro Reis Construtora Eirelli	118	158
TCS Transportes e Servicos Ltda - ME		150
Fornecedores diversos	2.430	1.894
	<hr/>	<hr/>
	<u>24.515</u>	<u>4.204</u>

Os novos contratos firmados entre a Companhia e seus fornecedores de bens e serviços que tiveram seus recebíveis antecipados junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”), durante o exercício, foram pactuados com prazos de vencimento iguais ou superiores a 360 dias. Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”), cujo objetivo é fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas. Atualmente, os cotistas do FIDC são compostos por acionistas da Companhia e terceiros (Nota no 26). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo equivalente a estes contratos é de R\$ 21.105..

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Composição

	Moeda	Encargos financeiros	2019	2018
Desenbahia – Agência de fomento 2º ciclo	R\$	TJLP + 3% a.a.	22.336	24.064
BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo	R\$	2,94% a.a.	170.772	174.582
Debêntures	R\$	DI + 2,5% a.a.		14.024
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	TJLP + 3% a.a.	9.750	10.616
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	10% a.a.	20.050	21.768
BNB - Contrato de financiamento	R\$	10% a.a.	228.954	234.933
BNB - Contrato de financiamento	R\$	TJLP + 4% a.a.	7.931	9.178
BNB - Contrato de financiamento 3º ciclo	R\$	8,24% a.a.	175.759	180.028
Desenbahia – Agência de fomento 3º ciclo	R\$	DI + 3% a.a.	20.293	24.653
Leasing Financeiro – Veículos				284
Custos de captação	R\$		(2.887)	(3.399)
			652.958	690.731
(-) Circulante			(34.029)	(32.792)
Não circulante			618.929	657.939

Em 26 de novembro de 2014, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 181.905 com liberação em 07 parcelas, sendo que, até 31 de dezembro de 2019, todas as parcelas já haviam sido liberadas totalizando o montante contratado. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros efetiva é de 8,24% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes além de fiança corporativa apenas para a parcela da Desenbahia.

Em 2019, foi liquidado o saldo da dívida de debêntures no montante de R\$14.000.

(ii) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	703.690
Captações	15.435
Provisão de juros	36.276
Juros capitalizados	9.972
(-) Amortização do principal	(28.753)
(-) Juros pagos	(46.521)
Custo de transação	632
Saldo em 31 de dezembro de 2018	690.731
Provisão de juros	43.454
Juros capitalizados	659
(-) Amortização do principal	(37.891)
(-) Juros pagos	(44.507)
Custo de transação	512
Saldo em 31 de dezembro de 2019	652.958

(iii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2019		37.171
2020		31.151
2021	32.683	31.752
2022	33.758	32.940
2023 até 2032	<u>552.488</u>	<u>524.925</u>
	<u>618.929</u>	<u>657.939</u>

(iv) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R\$ 36.452 (R\$ 35.418 em 31 de dezembro de 2018) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”) BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) BNB e FNE Desenhahia), 2º ciclo (FNE BNB) e 3º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O Fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

(v) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

15. Arrendamento mercantil

(a) Direto de uso de arrendamento

	<u>Edifícios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018		
Reconhecimento inicial do custo	6.244	6.244
Reconhecimento inicial da amortização	(778)	(778)
Amortização	(252)	(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>5.214</u>	<u>5.214</u>

Este montante, refere-se ao contrato de locação da sede administrativa da Concessionária Bahia Norte (CBN).

(b) Passivo de arrendamento

	<u>Edifícios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Reconhecimento inicial	5.935	283	6.218
Adições		2.706	2.706
Baixas	(406)	(819)	(1.225)
Apropriação de juros	335	217	552
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>5.864</u>	<u>2.387</u>	<u>8.251</u>
Passivo circulante	<u>81</u>	<u>752</u>	<u>833</u>
Passivo não circulante	<u>5.783</u>	<u>1.635</u>	<u>7.418</u>

O reconhecimento inicial do arrendamento de edifícios considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação correspondente de 6% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um contrato de financiamento de veículos junto ao banco Daycoval no valor de R\$ 3.006, na modalidade de *leasing* financeiro. O prazo do *leasing* é de 48 meses.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participação nos lucros e resultados - ("PLR")	1.997	1.456
Provisão de férias	1.296	1.200
Outros	<u>604</u>	<u>1.331</u>
	<u>3.897</u>	<u>3.987</u>

17. Provisão para contingências

(a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui provisionado o montante de R\$ 536 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2018) relacionado a ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades classificadas pela Administração, com base na avaliação dos seus assessores legais com perda provável.

Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daquelas provisionadas.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do período	91	292	383
Movimentação do período	47	106	153
Saldo no final do período	<u>138</u>	<u>398</u>	<u>536</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos cíveis	6.670	5.988
Processos trabalhistas		242
	<u>6.670</u>	<u>6.230</u>

18. Provisão de conserva especial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 6.152 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 4.832) referente a provisão para recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente aos últimos 05 anos de vigência, descontados a valor presente de 13,80% a.a. (31 de dezembro de 2018 – 13,80% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 286.000 representado por 367.759.706 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 183.879.853 ações subscritas pela acionista ODB Rodovias e 183.879.853 de ações subscritas pela Invepar.

			<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
<u>Acionistas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações ordinárias</u>
ODB Rodovias	143.000	143.000	183.879.853	183.879.853
Invepar	143.000	143.000	183.879.853	183.879.853
	<u>286.000</u>	<u>286.000</u>	<u>367.759.706</u>	<u>367.759.706</u>

- Em 15 de março de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia de R\$ 277.000 para R\$ 286.000, sendo esse aumento no valor de R\$ 9.000, mediante a emissão 12.616.442 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de 0,7133548406 por ação. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

(b) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em dezembro de 2019, não foi constituída a reserva legal dado o prejuízo acumulado de R\$ 5.650.

(c) Dividendos

A Companhia distribuirá dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as deduções previstas em estatuto.

A Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido, nos termos da lei.

20. Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia (SEINFRA) e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos;
- Instalação de cabines de pedágio.

(b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010, tendo como contratada o Consórcio Sistema BA-093, constituído pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e Construtora OAS Ltda. (OAS), com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão.

O valor global do contrato é de R\$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data-base fevereiro de 2010. O contrato encontra-se totalmente realizado e contabilizado no intangível.

Em 12 dezembro de 2014, foi assinado o aditivo ao contrato com o Consórcio Sistema BA 093 com o objetivo de executar, na modalidade empreitada por preço global e prazo determinado, todas as obras e serviços necessários a implantação da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas. O valor global do aditivo é de R\$ 233.774. Até 31 de dezembro de 2017, foi investido o montante de R\$ 208.200. Adicionalmente, foi acrescido ao preço global reajuste no valor de R\$ 15.056 referente à atualização financeira calculada pela fórmula paramétrica prevista na cláusula 4ª do aditivo da Via Metropolitana. Esse valor foi registrado no intangível.

Em 20 de julho de 2015, foi assinado o termo aditivo ao contrato com o Consórcio Sistema BA-093 com objetivo de indenizar todos os custos extraordinários verificados nas obras civis originalmente contratadas, que não contemplam a implantação da Via Metropolitana. Referente a esses custos extraordinários foi acrescido ao preço global o valor de R\$ 31.309, já registrado no intangível.

21. Receitas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de construção	30.572	59.711
Receitas de pedágio	151.055	141.453
Receitas acessórias	3.347	2.759
Impostos e contribuição sobre serviços	<u>(13.544)</u>	<u>(12.621)</u>
Receita líquida	<u>171.430</u>	<u>191.302</u>

22. Custos

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – “Contratos de concessão”.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 30.269 (R\$ 59.117 em 31 de dezembro de 2018) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1%.

(b) Custo dos serviços prestados

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos com pessoal	12.707	12.555
Prestadores de serviços	13.057	14.726
Depreciação e amortização	53.388	42.775
Custos contratuais da concessão	5.262	5.041
Material, equipamentos e veículos	2.867	2.124
Gastos gerais	1.873	1.773
Outros custos operacionais	994	768
	<u>90.148</u>	<u>79.762</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	8.446	6.989
Prestadores de serviços	2.366	2.257
Gastos gerais e administrativos	1.953	1.872
Depreciação e amortização	391	258
Honorários da diretoria	1.091	1.080
	<u>14.247</u>	<u>12.456</u>

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos líquidos no montante de R\$ 3.841 (R\$ 4.840 em 31 de dezembro de 2018), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, e outras diferenças temporárias, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Os saldos do passivo diferido líquido apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa (34%)	14.794	13.841
IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporaria (34%)	<u>18.635</u>	<u>18.681</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>3.841</u>	<u>4.840</u>

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(6.643)	5.932
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	2.259	(2.017)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições permanentes, líquidas	78	
Exclusões (adições) temporárias, líquidas	(992)	
Margem de construção	103	202
Juros capitalizados	224	3.390
Outros	(671)	(4.928)
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>1.001</u>	<u>(3.352)</u>
IR e CSLL diferidos	1.001	(3.352)
Total da despesa com IR e CSLL	<u>1.001</u>	<u>(3.352)</u>

- (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 43.512. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando se considera provável que haja lucro tributário futuro e contra o que esses créditos fiscais possam ser usados.

25. Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos		2
Rendimento de aplicação financeira	2.159	1.798
Atualização monetária	<u>1.393</u>	<u>2.297</u>
	3.552	4.097
Despesa financeira		
Juros de empréstimos	(44.006)	(36.276)
IOF	(53)	(36)
Outras despesas	<u>(3.078)</u>	<u>(1.820)</u>
	<u>(47.137)</u>	<u>(38.132)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(43.585)</u>	<u>(34.035)</u>

26. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota Explicativa nº 19 (b)), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS e com Fundo de Direitos Creditórios (Nota Explicativa nº 13).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedor (Nota 12)	4.234	4.234
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 13)*	21.105	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado		
Custo de construção	(30.269)	(59.117)

(*) Conforme Nota Explicativa nº 13, os fornecedores de bens e serviços da Companhia têm a possibilidade de antecipar seus recebíveis junto a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC") que, apesar de ter os dois acionistas da Companhia como cotistas do FIDC, é também composto de terceiros (investidores). Em 31 de dezembro de 2019 o valor referente aos prestadores de serviços que anteciparam seus títulos junto ao FIDC foi de R\$ 21.105.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro 2019, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.137 (R\$ 1.477 em 31 de dezembro de 2018), referente a remuneração dos administradores.

27. (Prejuízo) lucro por ação

(a) Básico

O (prejuízo)/lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo (Lucro) atribuível aos acionistas da Companhia	(5.650)	2.580
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>367.760</u>	<u>367.760</u>
(Prejuízo) Lucro básico por ação - R\$	<u>(0,0154)</u>	<u>0,007</u>

28. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui apólices de seguros contratadas com as seguradoras Tokio Marine, Sompo, AXA Seguros, XL Seguros Brasil S.A., Pottencial Seguradora S.A., intermediadas através da Odebrecht Corretoras de Seguros (OCS Seguros) e THB Brasil, tendo a AGERBA como beneficiária do seguro Garantia (*Performance Bond*) e a Companhia beneficiária dos seguros da frota de veículos e responsabilidade civil (D&O), para os seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil geral são beneficiários a Companhia, AGERBA, subcontratados e financiadores.

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	junho/2020	250.000
Responsabilidade civil	agosto/2020	40.000
Seguro garantia	agosto/2020	36.024
Automóveis	setembro/2020	110% tabela FIPE
Responsabilidade civil geral	dezembro/2019	50.000
Seguro fiança	abril/2020	610

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

29. Transações não caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício e findo em 31 de dezembro de 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2019	2018
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	659	9.972
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	659	16.137

30. Eventos Subsequentes

Em 7 de fevereiro de 2020, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”), firmou Contrato de Compra e Venda de Ações para a alienação de sua participação na Companhia, sendo que a conclusão final está sujeita a satisfação de algumas condições precedentes dentre elas, aprovações junto ao Poder Concedente, aos acionistas minoritários da Odebrecht Transport S.A. e a determinados credores.

* * *